

# RELATÓRIO CONTÁBIL

Exercício de 2023

- DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- NOTAS EXPLICATIVAS

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Ministério dos Transportes – MT

31 de JANEIRO de 2024

Brasília/DF

Sumário

<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	3
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	3
<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b> .....	4
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CONTEXTO OPERACIONAL</b> .....	7
<b>DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS</b> .....	8
Balanco Patrimonial .....	8
Demonstração das Variações Patrimoniais .....	10
Balanco Orçamentário .....	11
Balanco Financeiro .....	15
Demonstração do Fluxo de Caixa .....	16
<b>BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b> .....	17
<b>RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS</b> .....	17
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b> .....	20
Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante .....	20
Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa .....	21
Nota 03 – Créditos a Curto Prazo .....	22
Nota 04 – Ativo Realizável a Longo Prazo .....	22
Nota 05 - Imobilizado .....	23
Nota 06 - Intangível .....	24
Nota 07 – Passivo Exigível .....	25
Nota 08 – Passivo Circulante .....	25
Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo) .....	26
Nota 10 – Patrimônio Líquido .....	27
Nota 11 – Passivos Contingentes .....	28
Nota 12 – Ativos Contingentes .....	28
Nota 13 – Obrigações Contratuais .....	28
Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA .....	29
Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD .....	31
Nota 16 – Receitas Orçamentárias .....	32
Nota 17 – Despesas Orçamentárias .....	34
Nota 18 – Restos a Pagar .....	35
Nota 19 – Movimentação Financeira .....	36
Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanco Patrimonial .....	36
Nota 21 – Conformidade Contábil .....	37

## LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição
- Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição
- Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição
- Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição
- Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição
- Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição
- Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição
- Tabela 8 – 8.a Bens Móveis e 8.b Bens Imóveis – Variação e Composição
- Tabela 9 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição
- Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição
- Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
- Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição
- Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição
- Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
- Tabela 15 – Resultado Patrimonial do Período – Composição
- Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição
- Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição
- Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
- Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição
- Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição
- Tabela 21 – Receita Orçamentária – Realização
- Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Execução
- Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução
- Tabela 24 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação
- Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição
- Tabela 26 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro
- Tabela 27 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados
- Tabela 28 – Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado
- Figura 2 – Resultado Financeiro do Período
- Figura 3 – Resultado Patrimonial do Período – Comparativo
- Figura 4 – Índices Orçamentários
- Figura 5 – Receita Prevista X Receita Realizada
- Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada
- Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa
- Figura 8 – Ativo – Composição e Variação
- Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação
- Figura 10 – Bens Móveis – Composição
- Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
- Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
- Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
- Figura 14 – Realização da Receita
- Figura 14.a – Receita Realizada – Comparativo 2023 X 2022
- Figura 15 – Despesas Executadas – Proporção
- Figura 16 – Despesas Executadas – Composição

## DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As demonstrações contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT referente ao exercício de 2023: Balanço Patrimonial; Demonstração de Variações Patrimoniais; Demonstração de Fluxo de Caixa; Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro estão, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com os normativos vigentes, exceto quanto aos itens mencionados nesta declaração e mais detalhadamente nas notas explicativas.

Dentre os normativos vigentes que fundamentaram as apreciações explanadas, destacam-se: a Lei 4.320/64; o Decreto 93.872/86, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; os Manuais do SIAFI que tratam dos assuntos correspondentes; as Normas de Contabilidade Brasileira Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP; as instruções emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se também em consideração as adaptações decorrentes da adesão ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

As análises apresentadas foram estruturadas de acordo com as orientações do Manual de Conformidade Contábil do SIAFI (Macrofunção 020315), a partir das quais identificou-se os principais impactos contábeis decorrentes das atividades da ANTT no período avaliado, cujos apontamentos são os seguintes:

O **ATIVO CIRCULANTE** está subavaliado, visto que ainda não há o reconhecimento dos créditos a receber, destacando-se os decorrentes das multas aplicadas pela Agência e os valores previstos nos contratos de concessões rodoviárias e ferroviárias. A ausência de registro deste direito distorce a composição do patrimônio e deixa de retratar os impactos das ações da entidade em relação à fiscalização da prestação de serviços e da exploração da infraestrutura de transportes. Com relação às multas aplicadas, ressalte-se que o registro desses ativos deveria ocorrer após a decisão administrativa em que se constitui definitivamente o crédito decorrente da notificação final de penalidade, conforme Manual SIAFI 020346 – Multas Administrativas. No entanto, atualmente não há possibilidade de se efetuar a comparabilidade entre os eventos ocorridos nos sistemas de controle com aqueles ocorridos no SIAFI devido à necessidade de relatórios gerenciais que demonstrem com integridade a situação dinâmica dos créditos em fase administrativa, bem como: a realização da receita em comparação com as baixas por pagamento; encaminhamentos para a dívida ativa; recursos administrativo ou judicial com efeito suspensivo à execução da multa; dentre outros. A não evidenciação desses fatos gera incoerência no Balanço Patrimonial por não haver registros de créditos a receber em fase anterior à inscrição em Dívida Ativa, sendo que tais situações também impactam no grupo do Ativo Não Circulante quando se tratar de vencimento de longo prazo.

O **ATIVO NÃO CIRCULANTE** apresenta distorções quanto à evidenciação quantitativa e qualitativa em seus subgrupos Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, a saber:

**Ativo Realizável a Longo Prazo – ARLP:** composto em sua totalidade pelos valores da Dívida Ativa cujos lançamentos estão embasados nas informações e relatórios repassados pela Procuradoria Federal junto à ANTT – PGF-ANTT. Ainda assim, carecem de refinamentos, visto que: não há informações sistemáticas seguras para distinguir as classificações de indicação para circulante e não circulante; ausência de registros de atualização monetária posteriores à inscrição; os registros das baixas dos respectivos créditos são realizados pelo valor integral com as atualizações corrigidas até a data do pagamento; o indicador utilizado para fins de ajuste de perda também necessita de refinamento de critérios para retratar a real recuperabilidade dos créditos. Assim, a conjugação destes eventos críticos concorre para uma provável superavaliação do ARLP. Outro ponto a ser

considerado é que, devido à ausência de registro anterior dos créditos a receber (em fase administrativa), o reconhecimento da Dívida Ativa ainda não atende, em sua integralidade, aos procedimentos previstos na Macrofunção 021112. No entanto, ponderou-se pela manutenção dos registros de Dívida Ativa devido à relevância e à materialidade da informação encaminhada pela PGF-ANTT por meio de relatórios extraídos do Sistema da AGU. E, uma forma a mitigar essas distorções, são registrados como Ajuste de Exercícios Anteriores os autos de infração com referências anteriores ao exercício atual. Dessa forma, impactam a Variação Patrimonial Administrativa somente os autos cuja competência se refira ao exercício de 2023.

**Ativo Imobilizado:** compõe-se por Bens Móveis e Imóveis, cujos valores necessitam de atualizações para retratar a real situação deste subgrupo. Os bens móveis ainda não passaram pelo procedimento de reavaliação e/ou redução ao valor recuperável, o que impossibilita afirmar a conformidade dos valores evidenciados, pois, permanecem os registros do custo de aquisição com a respectiva depreciação. Ressaltando-se que ainda está em desenvolvimento a funcionalidade no sistema SIADS para permitir o ajuste das reavaliações, cujo monitoramento junto ao SERPRO está sendo monitorado pelo setor responsável na ANTT. O item que compõe o Bem Imóvel se refere ao bem da União cedido para uso das instalações do Escritório da ANTT no município de São Paulo. Orientou-se, ao setor responsável pelo patrimônio da ANTT, a padronização dos registros e evidenciação de todos os bens imóveis da União que estão sendo utilizados pela Agência por meio de cessão de uso.

**Ativo Intangível:** carece de informações para representar com fidedignidade a realidade patrimonial da Agência no que se refere aos bens incorpóreos, destacando-se os relacionados à Tecnologia da Informação – TI, devido à ausência de registro dos Sistemas desenvolvidos internamente pela entidade. Quanto aos itens registrados como Softwares de Vida Útil Indeterminada, as áreas responsáveis estão em processo constante de revisão da vida útil e de reavaliação quanto à sua real capacidade de geração de benefício às atividades do Órgão, de onde se providenciou as baixas de itens obsoletos, além de atualização de valores.

**Contas de Resultado:** outro aspecto a ser enfatizado se refere ao grupo das contas de resultado (Variação Patrimonial Ativa – VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD), tendo em vista a impossibilidade de atender, em sua integralidade, ao Princípio da Competência, apesar dos procedimentos já adotados internamente para mitigar essa inconsistência em relação às VPDs. Ocorre que, as providências para adequar os registros das despesas, por meio da pré-liquidação, não contemplam em sua totalidade todos os fatos gerados no respectivo exercício, devido a circunstâncias externas, tais como: atrasos na entrega do documento fiscal; gargalos inerentes aos trâmites dos processos; prazo exíguo de registro antes do fechamento do mês no SIAFI, dentre outros. Já as receitas são registradas no SIAFI no momento de sua efetiva arrecadação no SIAFI, permitindo a evidenciação apenas sob o aspecto orçamentário. O reconhecimento por competência somente será possível mediante a implementação do sistema de gestão de créditos a receber. Para tanto, há uma demanda inicial com vistas a desenvolver módulo de registros das receitas em consonância com fato gerador, de forma a possibilitar o controle desses ativos, o que será um projeto piloto em busca da solução do controle dos créditos a receber das multas aplicadas e dos contratos concessões da ANTT.

Embora tais ocorrências permaneçam pendentes devido às nuances e complexidades do processo de regularização, ressalte-se as providências estão sendo tomadas paulatinamente à medida dos recursos disponíveis.

A CCONT/GEORF, juntamente com o apoio da CCONT/MINFRA, está atenta a todas as situações identificadas, dando conhecimento aos responsáveis, bem como orientação e acompanhamento para a devida regularização dentro do exercício, de forma a evitar as distorções que prejudiquem o entendimento e a tempestividade das informações. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e dinâmico com vistas a garantir que as demonstrações contábeis da ANTT retratem com fidedignidade a sua real situação patrimonial, orçamentária e financeira.

Estas são as principais considerações para o período, cujos respectivos códigos de restrição registrados no SIAFI estão elencados na Nota 21.

Apresentam-se a seguir as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI e as respectivas notas explicativas, ressaltando as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades da ANTT no exercício de 2023 em comparação ao exercício de 2022.

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2024.

## INTRODUÇÃO

O presente relatório versa sobre as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI relativas ao exercício financeiro de 2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, seguidas das notas explicativas, podendo-se verificar de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades ocorridas no período em análise.

## CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério da Infraestrutura, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

A ANTT tem sede e foro no Distrito Federal, domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Sede, atua também nas demais áreas do território nacional por meio das Unidades Regionais integradas por Coordenações Regionais e Escritórios de Fiscalização, de acordo com o Regimento Interno (Resolução ANTT Nº 5.976, de 07/04/2022).

A ANTT tem como missão “assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres” tendo como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário não associados à exploração da infraestrutura; a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, dentre outros relativos ao transporte nacional e internacional de cargas e passageiros, transporte multimodal e terminais.

Neste contexto, destaca-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as atividades fins, como entidade reguladora da atividade de exploração da infraestrutura ferroviária e rodoviária federal e da atividade de prestação de serviços de transporte terrestres, de forma a subsidiar as tomadas de decisões e a transparência da gestão, bem como prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.



## DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

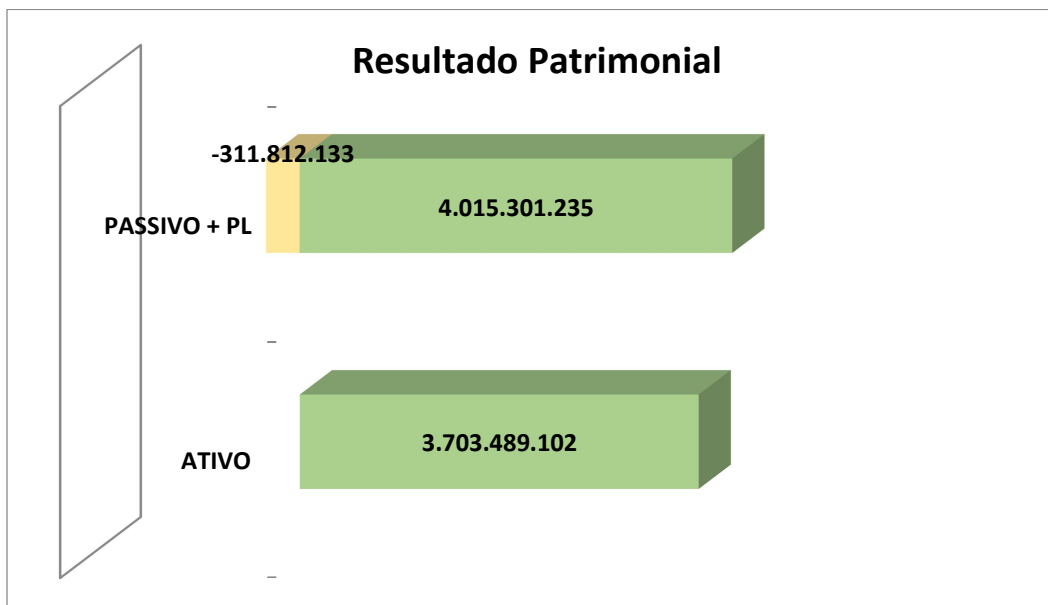
### Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial – BP demonstra a composição do patrimônio da ANTT evidenciado pelas classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido – PL). Os grupos são classificados em circulante e não circulante, além do PL que segrega os resultados do período com os resultados dos exercícios anteriores. O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 618.262.073, no entanto apresentou como resultado acumulado o Passivo a Descoberto no valor de R\$ 311.812.133 (figura 1). Já o resultado financeiro, foi superavitário em R\$ 630.868.705 (figura 2).

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>769.172.902</b>	<b>768.173.085</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>554.551.595</b>	<b>32.987.825</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	763.992.534	764.258.074	Obrigações Trab., Prev. Assist. a Pagar CP	26.700.411	25.383.456
Créditos a Curto Prazo	4.004.858	3.156.702	Fornecedores e Contas a Pagar CP	7.719.891	1.907.634
Demais Créditos e Valores	4.004.858	3.156.702	Demais Obrigações a Curto Prazo	520.131.294	5.696.735
Estoques	903.128	758.230	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.460.749.640</b>	<b>-</b>
VPDs Pagas Antecipadamente	272.382	80	Demais Obrigações a Longo Prazo	3.460.749.640	-
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.934.316.199</b>	<b>2.630.480.425</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>4.015.301.235</b>	<b>32.987.825</b>
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.840.865.576</b>	<b>2.515.573.829</b>			
Créditos a Longo Prazo	2.840.865.576	2.515.573.829	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Dívida Ativa Não Tributária	2.922.984.258	2.597.692.511	<b>Resultados Acumulados</b>	<b>-311.812.133</b>	<b>3.365.665.686</b>
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-82.118.682	-82.118.682	Resultado do Exercício	618.262.073	482.552.624
<b>Imobilizado</b>	<b>57.637.213</b>	<b>65.092.717</b>	Resultados de Exercícios Anteriores	3.365.665.686	1.578.217.976
Bens Móveis	50.900.423	58.342.597	Ajustes de Exercícios Anteriores	-4.295.739.892	1.304.895.086
Bens Móveis	135.619.628	138.079.731	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-311.812.133</b>	<b>3.365.665.686</b>
(-) Depreciação Acum. de Bens Móveis	-84.719.205	-79.737.135			
Bens Imóveis	6.736.790	6.750.121			
Bens Imóveis	6.814.785	6.814.785	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>	<b>3.703.489.102</b>	<b>3.398.653.511</b>
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis	-77.995	-64.664			
<b>Intangível</b>	<b>35.813.410</b>	<b>49.813.879</b>			
Softwares	35.813.368	49.813.808			
Softwares	35.813.368	49.813.808			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	42	71			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	438	438			
(-) Amortização Acum. Marcas, Direitos e Patentes	-396	-367			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.703.489.102</b>	<b>3.398.653.511</b>			

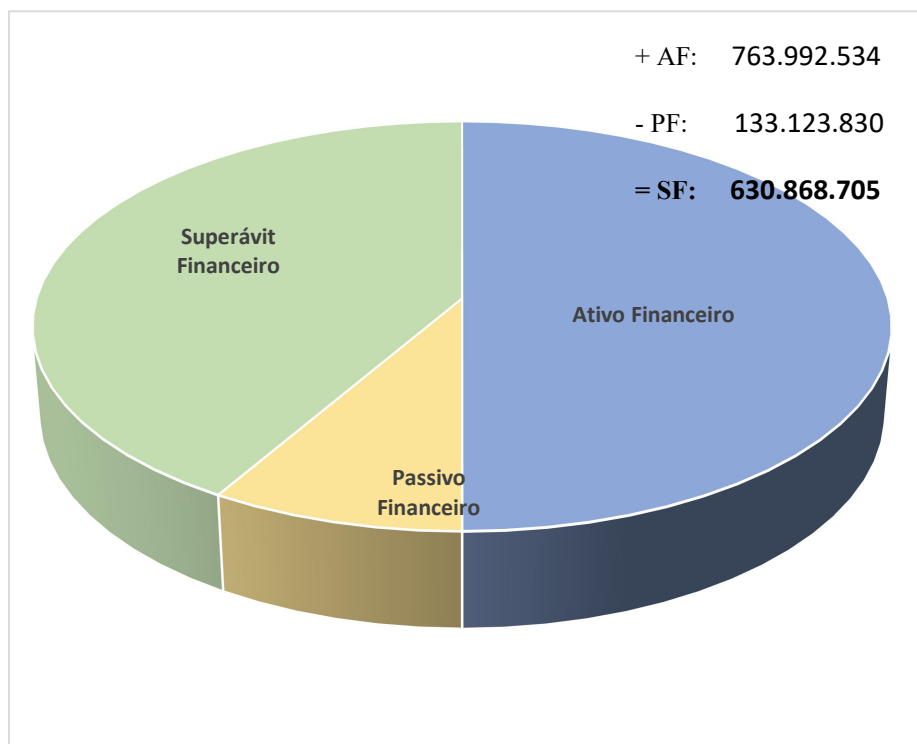


Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado = Passivo a Descoberto



O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial também foi superavitário, no valor de R\$ 630.868.705 decorrente da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Figura 02).

Figura 2 – Resultado Financeiro do Período

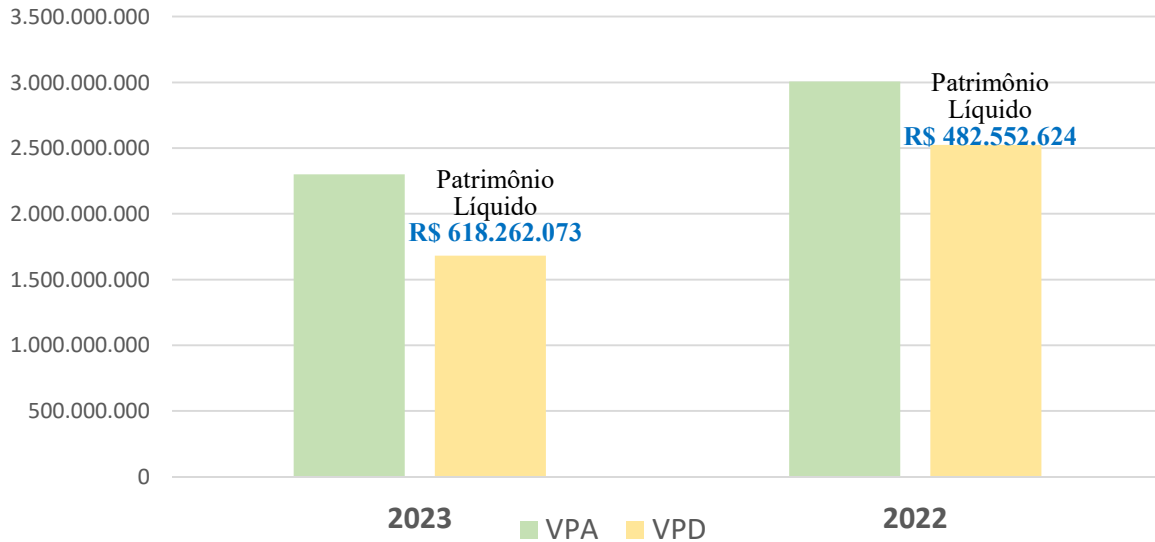


## Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações apresentadas no patrimônio no período em análise, fazendo o confronto entre a Variação Patrimonial Aumentativa e a Diminutiva. O resultado do exercício de 2023 apresentou um superávit patrimonial de R\$ 618.262.073 (figura 03).

<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>			
		<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>2.300.277.305</b>	<b>3.007.280.062</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>7.689.286</b>	<b>3.836.795</b>
Taxas		7.689.286	3.836.795
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>1.302.834.159</b>	<b>1.486.760.178</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.302.834.159	1.486.760.178
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>514.591</b>	<b>38.698.374</b>
Juros e Encargos de Mora		514.591	38.698.374
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>606.705.567</b>	<b>875.026.654</b>
Transferências Intragovernamentais		606.705.567	826.023.290
Outras Transferências e Delegações Recebidas		-	49.003.364
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de</b>		<b>5.034.713</b>	<b>16.479.151</b>
Ganhos com Alienação		1.888.012	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.081.674	12.917.861
Ganhos com Desincorporação de Passivos		65.027	3.561.290
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>377.498.989</b>	<b>586.478.910</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		377.498.989	586.478.910
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>		<b>1.682.015.232</b>	<b>2.524.727.438</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>		<b>251.743.727</b>	<b>250.049.951</b>
Remuneração a Pessoal		201.386.422	201.298.909
Encargos Patronais		39.753.063	39.178.962
Benefícios a Pessoal		8.501.167	7.025.116
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.103.075	2.546.964
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>		<b>29.843.702</b>	<b>26.856.218</b>
Aposentadorias e Reformas		22.568.355	19.985.978
Pensões		5.423.716	4.945.243
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.851.630	1.924.996
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>		<b>290.345.156</b>	<b>214.500.290</b>
Uso de Material de Consumo		1.685.025	2.334.725
Serviços		280.919.603	203.679.755
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.740.527	8.485.811
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>11.145.472</b>	<b>20.228.704</b>
Juros e Encargos de Mora		414	71.415
Descontos Financeiros Concedidos		11.145.057	20.157.289
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>978.554.679</b>	<b>1.954.717.008</b>
Transferências Intragovernamentais		978.133.680	1.913.264.388
Outras Transferências e Delegações Concedidas		420.999	41.452.620
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>116.335.538</b>	<b>54.161.390</b>
Perdas Involuntárias		2.502.376	142.733
Desincorporação de Ativos		113.833.162	54.018.657
<b>Tributárias</b>		<b>4.000.020</b>	<b>4.139.825</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		788.110	933.289
Contribuições		3.211.910	3.206.536
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>46.938</b>	<b>74.051</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		46.938	74.051
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>618.262.073</b>	<b>482.552.624</b>

Figura 3 – Resultado Patrimonial do Período – Comparativo



### Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário – BO demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas evidenciadas por categoria econômica em confronto com as execuções orçamentárias, ressaltando as atualizações de previsão e dotação revistas no decorrer do exercício.

Figura 4 – Índices Orçamentários

<b>Realização da Receita</b>	<b>90,32%</b>	A realização da receita demonstra o quanto foi arrecadado em relação ao previsto para o exercício, apresentando um déficit de arrecadação de 9,68%.
<b>Execução da Despesa</b>	<b>98,28%</b>	A execução da despesa se refere ao valor total empenhado em relação à dotação atualizada, sem considerar o valor da Reserva de Contingência.
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>57,80%</b>	O resultado orçamentário demonstra que a Receita realizada (R\$ 944.470.210) em relação ao total da despesa empenhada (R\$ 598.533.318) foi superavitário em R\$ 345.936.893.

Figura 5 – Receita Prevista X Receita Realizada

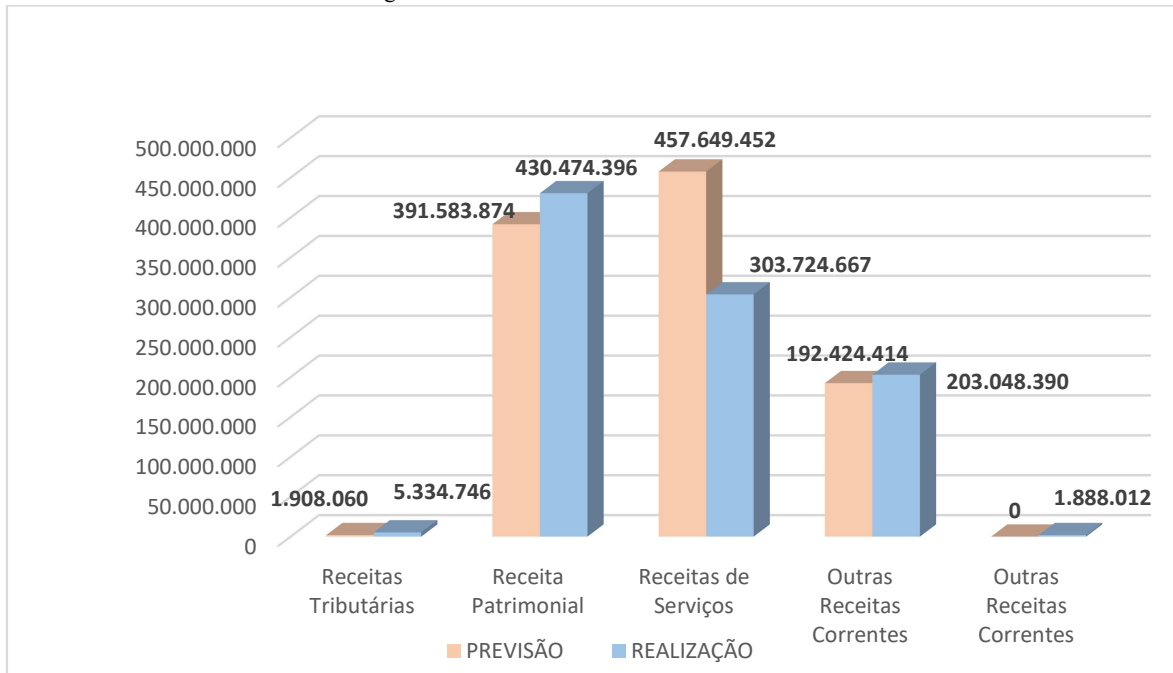
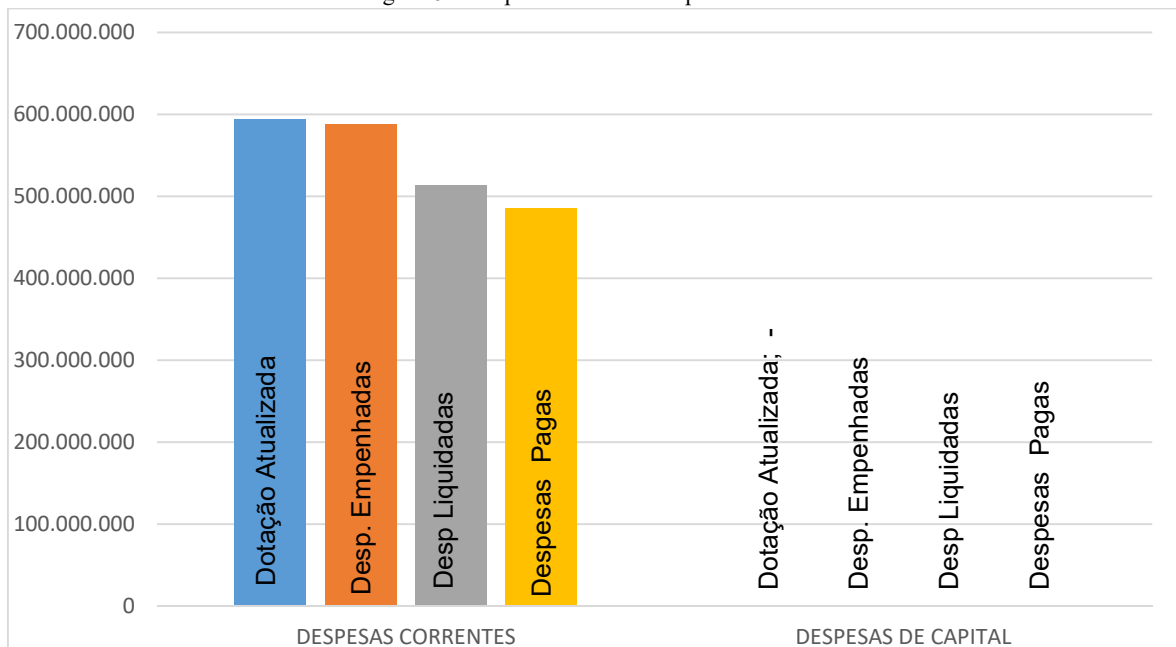


Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada



### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.043.565.800</b>	<b>1.043.565.800</b>	<b>942.582.198</b>	<b>-100.983.602</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	<b>1.908.060</b>	<b>1.908.060</b>	<b>5.334.746</b>	<b>3.426.686</b>
<b>Impostos</b>	-	-	-	-
Taxas	1.908.060	1.908.060	5.334.746	3.426.686
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>391.583.874</b>	<b>391.583.874</b>	<b>430.474.396</b>	<b>38.890.522</b>
Delegação de Serviços Públicos	391.583.874	391.583.874	430.474.396	38.890.522
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>457.649.452</b>	<b>457.649.452</b>	<b>303.724.667</b>	<b>-153.924.785</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	457.649.452	457.649.452	303.724.667	-153.924.785
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>192.424.414</b>	<b>192.424.414</b>	<b>203.048.390</b>	<b>10.623.976</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	192.424.414	192.424.414	202.729.516	10.305.102
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	318.874	318.874
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.888.012</b>	<b>1.888.012</b>
<b>Alienação de Bens</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.888.012</b>	<b>1.888.012</b>
Alienação de Bens Móveis	-	-	1.888.012	1.888.012
<b>TOTAL</b>	<b>1.043.565.800</b>	<b>1.043.565.800</b>	<b>944.470.211</b>	<b>-99.095.589</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	<b>-</b>	<b>-740.622</b>	<b>-</b>	<b>740.622</b>
Créditos Cancelados	-	-740.622	-	-

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>601.672.588</b>	<b>594.237.383</b>	<b>587.407.397</b>	<b>512.876.430</b>	<b>485.668.459</b>	<b>6.829.986</b>
Pessoal e Encargos Sociais	259.921.352	274.934.600	273.017.768	271.686.894	249.550.398	1.916.832
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	341.751.236	319.302.783	314.389.629	241.189.536	236.118.062	4.913.154
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.063.488</b>	<b>14.758.071</b>	<b>11.125.921</b>	<b>3.856.178</b>	<b>3.851.428</b>	<b>3.632.150</b>
Investimentos	8.063.488	14.758.071	11.125.921	3.856.178	3.851.428	3.632.150
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>528.909.185</b>	<b>528.909.185</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>528.909.185</b>
<b>SUPERAVIT</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>345.936.893</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-345.936.893</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.138.645.261</b>	<b>1.137.904.639</b>	<b>944.470.211</b>	<b>516.732.607</b>	<b>489.519.887</b>	<b>193.434.428</b>

### ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2022	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20.306.434</b>	<b>71.032.733</b>	<b>54.063.721</b>	<b>54.011.776</b>	<b>16.169.902</b>	<b>21.157.489</b>
Pessoal e Encargos Sociais	227.616	350.174	208.475	208.475	227.616	141.699
Outras Despesas Correntes	20.078.818	70.682.559	53.855.246	53.803.301	15.942.286	21.015.790
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>13.761.987</b>	<b>13.127.762</b>	<b>13.127.762</b>	<b>623.000</b>	<b>11.225</b>
Investimentos	-	13.761.987	13.127.762	13.127.762	623.000	11.225
<b>TOTAL</b>	<b>20.306.434</b>	<b>84.794.721</b>	<b>67.191.483</b>	<b>67.139.539</b>	<b>16.792.902</b>	<b>21.168.714</b>

### ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2022	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.660.704</b>	<b>21.063.388</b>	<b>20.791.377</b>	<b>619</b>	<b>2.932.096</b>
Pessoal e Encargos Sociais	460	17.599.986	17.598.236	619	1.591
Outras Despesas Correntes	2.660.244	3.463.402	3.193.141	-	2.930.505
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>-</b>	<b>3.492</b>	<b>3.492</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Investimentos	-	3.492	3.492	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.660.704</b>	<b>21.066.880</b>	<b>20.794.869</b>	<b>618,83</b>	<b>2.932.096</b>

Execução RPNP

**79,86%**

Execução RPP

**87,64%**

## Balanço Financeiro

O BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e os saldos de caixa inicial e final no exercício.

BALANÇO FINANCEIRO - BF					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
	2023	2022		2023	2022
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>944.470.211</b>	<b>1.755.667.793</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>598.533.318</b>	<b>548.150.501</b>
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.303.475	24.715.185
Transferências a Estados, Distrito Federal e	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	956.638.191	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
<b>Outros Recursos Vinc a Fundos, Órgãos, Programas</b>		<b>1.820.873.992</b>	<b>Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas</b>	<b>489.184.978</b>	<b>-</b>
Recursos Não Classificados	-	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(12.167.981)	(65.206.199)	Recursos Não Classificados	-	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>606.705.567</b>	<b>825.838.700</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>977.887.653</b>	<b>1.912.626.552</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	###	373780068	Resultantes da Execução Orçamentária	1.073.070	4.326.835
Cota Recebida	212.001.658	370.049.875	Repasse Concedido	1.073.070	708.350
Repasse Recebido	15.434	111.709	Sub-repasse Concedido	-	3.618.484
Sub-repasse Recebido	-	3.618.484	Independentes da Execução Orçamentária	976.814.584	1.908.299.717
Independentes da Execução Orçamentária	394.688.474	452.058.632	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	-	2.702.593
Movimentação de Saldos Patrimoniais	349.527.486	427.671.435	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	8.495
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>113.490.188</b>	<b>150.177.216</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>88.510.534</b>	<b>50.410.449</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	27.212.720	20.906.771	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.794.869	20.238.358
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	81.800.710	84.794.721	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	67.139.539	29.214.866
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.192.641	43.930.993	Outros Pagamentos Extraorçamentários	292.010	412.494
Restituições a Pagar	383	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	77
Arrecadação de Outra Unidade	4.192.258	43.930.993	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	1.077
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>764.258.074</b>	<b>543.761.867</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>763.992.534</b>	<b>764.258.074</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>764.258.074</b>	<b>543.761.867</b>	<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>763.992.534</b>	<b>764.258.074</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.428.924.039</b>	<b>3.275.445.576</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.428.924.039</b>	<b>3.275.445.576</b>

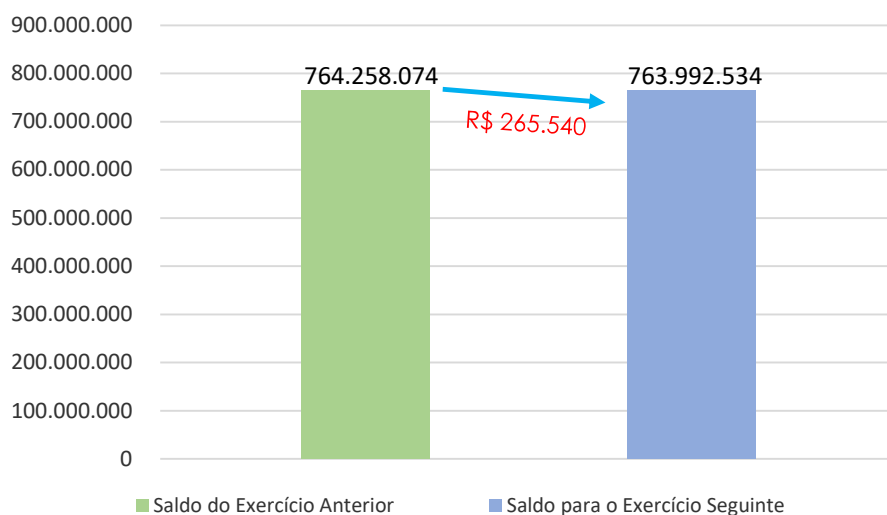


## Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC evidencia as movimentações ocorridas no caixa e equivalentes destacando o fluxo de ingresso/desembolso das atividades operacionais e das atividades de investimento. A redução de R\$ 265.540 em relação ao exercício anterior corrobora com o resultado apresentado no Balanço Financeiro (Figura 07).

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC		
	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>14.829.130</b>	<b>234.548.025</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.553.764.522</b>	<b>2.625.997.619</b>
Receita Tributária	5.334.746	2.685.757
Receita Patrimonial	430.474.396	1.218.235.195
Receita de Serviços	303.724.667	268.910.377
<b>Outras Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>203.048.390</b>	<b>265.851.867</b>
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>611.182.324</b>	<b>870.314.424</b>
Ingressos Extraorçamentários	284.116	544.731
Restituições a Pagar	383	-
Transferências Financeiras Recebidas	606.705.567	825.838.700
Arrecadação de Outra Unidade	4.192.258	43.930.993
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.538.935.392</b>	<b>-2.391.449.594</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-523.280.528</b>	<b>-440.672.198</b>
Administração	-	-17.342
Previdência Social	-27.396.152	-24.804.789
Saúde	-14.689	-52.365
Educação	-	-601
Indústria	-15.434	-
Transporte	-495.777.897	-415.797.025
Encargos Especiais	-76.356	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-77
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-37.191.085</b>	<b>-37.193.697</b>
Intragovernamentais	-37.191.085	-37.193.697
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-978.463.780</b>	<b>-1.913.583.699</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-284.116	-544.731
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-1.077
Transferências Financeiras Concedidas	-977.887.653	-1.912.626.552
<b>Demais Pagamentos</b>	<b>-292.010</b>	<b>-411.341</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-15.094.670</b>	<b>-14.051.818</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>1.888.012</b>	<b>-15.402</b>
Alienação de Bens	1.888.012	-15.402
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-16.982.682</b>	<b>-14.036.416</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.809.158	-14.002.071
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.173.524	-34.344
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-265.540</b>	<b>220.496.208</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>764.258.074</b>	<b>543.761.867</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>763.992.534</b>	<b>764.258.074</b>

Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa



## BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, referentes ao exercício de 2023, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As considerações apontadas são realizadas a partir das informações obtidas com a interação e os controles das áreas organizacionais da Agência e, também, a partir dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As demonstrações analisadas se referem ao:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. IV. Balanço Financeiro (BF) e
- V. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal das variações ocorridas entre o período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas demonstrações são os seguintes:

- a. Moeda funcional: os saldos das demonstrações contábeis estão apresentados pela moeda funcional da União que é o “Real”. Não há valores em moeda estrangeira.
- b. Caixa e Equivalente de Caixa: são mensurados pelo valor de custo. O saldo se refere aos valores de Limite de Saque com vinculação de pagamento relativos às Programações Financeiras e aos valores diretamente arrecadados referentes à receita própria da ANTT.
- c. Demais Créditos a Curto Prazo: composto pelos adiantamentos concedidos a pessoal referentes ao 13º salário. Ainda não estão contemplados os créditos a curto prazo decorrentes das multas por infração aplicadas pela ANTT, visto que ainda não foi desenvolvida uma funcionalidade no sistema que possa fornecer essas informações de créditos a receber. Registram-se também neste subgrupo os créditos a receber decorrente dos desembolsos financeiros para atender aos Termos de Execução Descentralizada firmados por órgãos e entidades do mesmo ente federativo da União.
- d. VPDs pagas antecipadamente: composto pelo pagamento de prestação de serviços, cujo fato gerador ainda irá ocorrer conforme as datas já inseridas no cronograma de despesas.
- e. Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado cujo sistema utilizado para controle é o Sistema Integrado de Administração e Serviços - SIADS, que adota o Custo Médio Ponderado – CMP como o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques.
- f. Ativo Realizável a Longo Prazo: compreende os créditos a receber a longo prazo referente à Dívida Ativa Não Tributária registrados conforme as informações mensais repassadas pela PGF-ANTT. Conforme mencionado no item “c”, não há informações consolidadas disponíveis em relação aos créditos a receber decorrentes das multas aplicadas pela ANTT, motivo pelo qual, também não estão evidenciados no ARLP.

- g. Dívida Ativa: tendo em vista o não reconhecimento dos direitos de crédito a receber no Ativo da ANTT, verificou-se que o registro da Dívida Ativa não está sendo realizado conforme o item 2.3.8 da Macrofunção 021112. Assim, para atenuar o impacto indevido de VPA no resultado do exercício, identificou-se os valores dos autos de infração anteriores ao exercício vigente para registro de Ajuste de Exercícios Anteriores, permanecendo somente os autos do atual exercício como VPA de Dívida Ativa. Ressalta-se que há demandas previstas para atender às recomendações da auditoria interna que apresentou apontamentos para melhoria dos controles e procedimentos para evidenciação fidedigna da dívida ativa, em consonância com as informações do SAPIENS/Dívida repassadas pela PF-ANTT.
- h. Ajuste para perdas da Dívida Ativa - LP: O histórico de recebimentos dos créditos inscritos em dívida ativa, informados pela PGF-ANTT, é a única base disponível no momento que possibilita uma metodologia do cálculo de ajuste de perdas. Contudo, dada a dificuldade de mensuração desses estoques de recebíveis, em decorrência das limitações de integração dos sistemas, o valor registrado pode não espelhar adequadamente a situação patrimonial. Faz-se necessário o aprimoramento de critérios que melhor retratem o comportamento da recuperabilidade dos créditos inscritos em dívida ativa, para fins da evidenciação do Ajuste para Perdas. Este item também foi item de recomendação no Relatório de Auditoria Interna n.º 04/2003-SUDEG, onde se buscará com a PF-ANTT, dados para definir o critério de ajuste para perdas,
- i. Imobilizado: compreende os bens móveis e imóveis. Os bens móveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição sujeitos à apropriação mensal de depreciação, cujo controle patrimonial é realizado pelo Sistema Integrado de Administração e Serviços - SIADS. Estes bens ainda não passaram pelo critério de reavaliação e redução ao valor recuperável, visto que esta funcionalidade ainda está em fase de implementação no SIADS. O bem imóvel registrado se refere à utilização por cessão gratuita de imóvel de propriedade da União à ANTT, para fins de instalações do Escritório da Agência no município de São Paulo, pelo prazo de 10 anos, conforme Processos SEI n.º 10154.170724/2021-52/10880.032823/94-15 e Extrato de Cessão publicado na Seção 3 do DOU de 15/03/2022. O controle dos bens imóveis é realizado pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).
- j. Intangível: corresponde às licenças de marcas utilizadas pela ANTT e reconhecidas pelo custo de aquisição, bem como às aquisições de softwares com vida útil indefinida, cuja classificação é realizada conforme especificações da área técnica da Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTEC.
- k. Depreciação e Amortização: a depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes além da tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Para tanto, leva-se em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o qual é calculado em função do prazo em que é possível obter o seu retorno econômico, considerando o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

A amortização do intangível se refere à utilização da Marca da ANTT cujo método adotado é o de quotas constantes com base no prazo de vigência de uso.

O registro da depreciação de bens imóveis decorre da transferência, via SPIUnet, do imobilizado de propriedade da União concedido à ANTT para instalações do Escritório Regional de SP.

Cabe destacar que os procedimentos para registro da depreciação e amortização na Administração Pública Direta da União, suas Autarquias e Fundações, tem como base legal a Lei n.º 4.320/64, a LC n.º 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei n.º 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30,

disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional. Especificamente no caso dos bens imóveis, a depreciação é calculada segundo o Parábola de Kuntzle, conforme Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

- l. Passivo Circulante: compreende as obrigações de curto prazo envolvendo os Fornecedores Nacionais e demais créditos de curto prazo, cujos registros foram reconhecidos pelo valor apresentado em documento hábil próprio, primando pelo atendimento ao Princípio da Competência, sempre que possível. Houve um aumento relevante na classe do Passivo em função dos registros de receitas antecipadas, em contrapartida a Ajuste do Exercício Anterior - AJE, decorrente das parcelas vincendas dos contratos de concessões ferroviárias. O saldo de longo prazo em 31/12/2023 relativo a essas parcelas foi de R\$ 512.005.759.
- m. Passivo Não Circulante: composto pela provisão de indenizações de riscos cíveis, calculada e atualizada conforme os critérios técnicos e valores informados pela respectiva área responsável. O aumento relevante neste grupo se refere ao registro das receitas antecipadas citadas no item anterior. O saldo de longo prazo em 31/12/2023 relativo a essas parcelas foi de R\$ 3.460.749.640.
- n. Ativos e Passivos Contingentes: embora não sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, houve os registros em contas de controles, tendo em vista a relevância dos valores que porventura poderão impactar o patrimônio da ANTT, levando-se em consideração a sua provável realização.
- o. Resultado Patrimonial: o cálculo do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, que, em 2023, foi superavitário em R\$ 618.262.073, conforme detalhamento apresentado na Demonstração das Variações Patrimonial - DVP.
- p. Passivo a Descoberto: Em 2023 foram realizados registros retroativos para reconhecimento de receitas antecipadas ocorridas em 2020 (valor de 5 bilhões) e 2022 (795 milhões). Tratam-se de contratos vultuosos de concessões ferroviárias, cujos recursos financeiros das parcelas vincendas incorreram no aumento de obrigações em contrapartida a Ajuste de Exercícios Anteriores – AJE, motivo pelo qual ocorreu o fenômeno de Passivo a Descoberto, apesar de o resultado patrimonial do exercício ter sido superavitário.
- q. Resultado Orçamentário: o resultado orçamentário decorre do confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário e calculado pela diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada no exercício. O exercício de 2003 apresentou um resultado orçamentário superavitário em R\$ 345.936.893.
- r. Resultado Financeiro: o resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da entidade. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado financeiro. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. A redução na conta de Limite de Saque em 2023 foi no valor de R\$ 265.540.

Ressalte-se que há ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial, levando-se em consideração os compromissos inscritos em RP, conforme previsto na Lei 4.320/1964. Este cálculo leva em consideração a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, cujo resultado no período também foi superavitário, apurando-se o valor de R\$ 630.868.704,590.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante

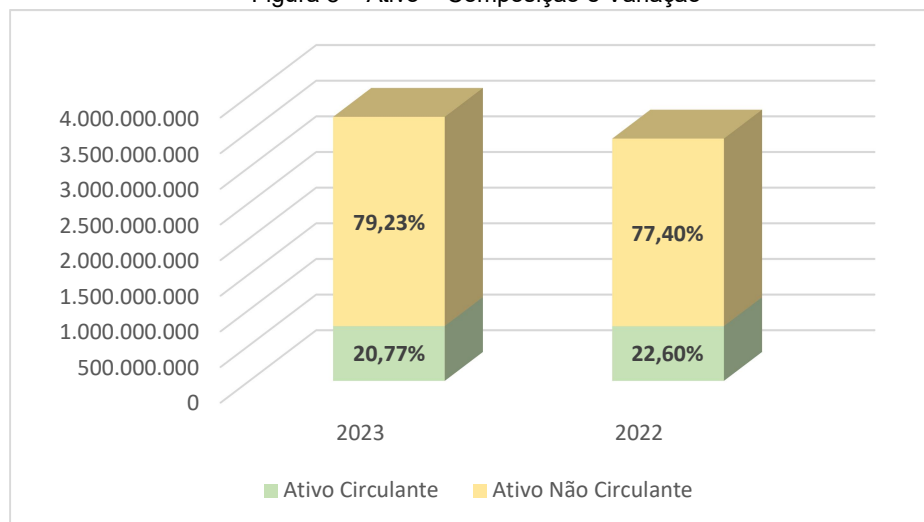
A classe do Ativo compõe-se de 20,77% de Ativo Circulante e de 79,23% de Ativo Não Circulante. Verifica-se, que no total, houve um acréscimo de 8,97% no período, sendo que o aumento do grupo circulante foi de 0,13%, já o não circulante aumentou em 11,55% (Tabela 1).

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Ativo Circulante	769.172.902	768.173.085	0,13%	20,77%
Ativo Não Circulante	2.934.316.199	2.630.480.425	11,55%	79,23%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.703.489.102</b>	<b>3.398.653.511</b>	<b>8,97%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Figura 8 – Ativo – Composição e Variação



Os subgrupos que compõem o Ativo Circulante estão relacionados na Tabela 02 com as suas respectivas variações.

Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	763.992.534	764.258.074	-0,03%	99,33%
Demais Créditos e Valores CP	4.004.858	3.156.702	26,87%	0,52%
Estoques	903.128	758.230	19,11%	0,12%
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	272.382	80	341873,17%	0,04%
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>769.172.902</b>	<b>768.173.085</b>	<b>0,13%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

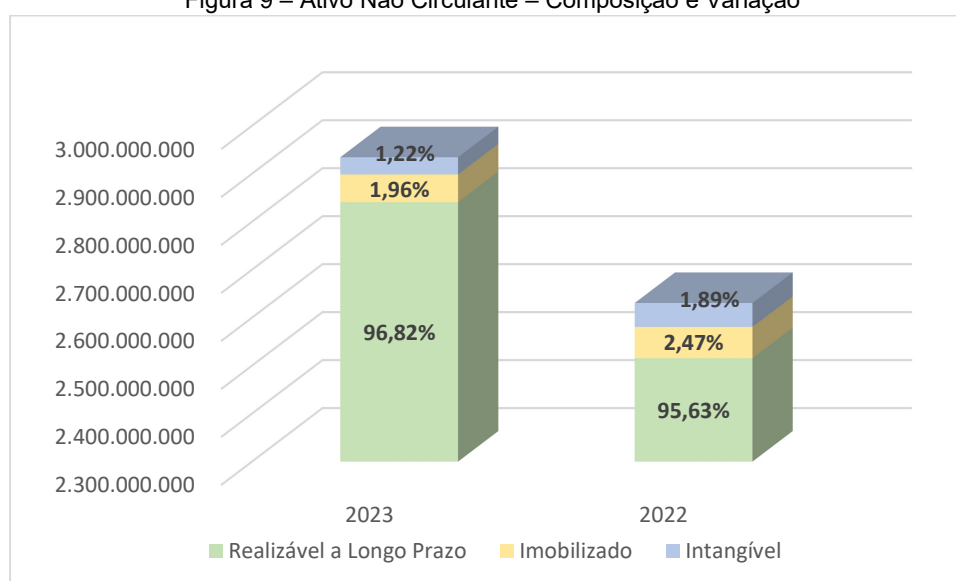
No que se refere ao Ativo Não Circulante (Tabela 3), a maior composição deste grupo corresponde ao subgrupo Realizável de Longo Prazo, cujo percentual de 96,82% corresponde, em sua totalidade, aos registros da Dívida Ativa. Já as variações dos demais subgrupos representam a desincorporação de bens móveis e a baixa das licenças de softwares em desuso e obsoletos.

Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Realizável a Longo Prazo	2.840.865.576	2.515.573.829	12,93%	96,82%
Imobilizado	57.637.213	65.092.717	-11,45%	1,96%
Intangível	35.813.410	49.813.879	-28,11%	1,22%
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.934.316.199</b>	<b>2.630.480.425</b>	<b>11,55%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação



## Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa&Equivalente de Caixa é composto pelos recursos arrecadados da Fonte própria e pelos liberados pelo Tesouro, destacando-se a maior representatividade para a Fonte 1050.

Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

FONTE	UG 393001 – Setorial Financeira	AV
<b>1000</b>	17.198.392,84	<b>2,25%</b>
<b>1001</b>	482.711,30	<b>0,06%</b>
<b>1050</b>	741.889.809,36	<b>97,11%</b>
<b>1051</b>	2.644.320,96	<b>0,35%</b>
<b>1052</b>	1.777.299,77	<b>0,23%</b>
<b>Total</b>	<b>763.992.534</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI



### Nota 03 – Créditos a Curto Prazo

Os valores que compõem este subgrupo estão relacionados na Tabela 05. O saldo em Adiantamento de 13º decorre do pagamento da antecipação em 31/12/2023 aos servidores que solicitaram férias com pedido de adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro referente ao exercício de 2024.

Em relação aos créditos a receber, ainda não há informações sistematizadas para efetuar os registros decorrentes das multas aplicadas por parte da ANTT, sendo as mesmas contabilizadas apenas quando da efetiva arrecadação.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
13º Adiantamento	3.457.826	2.637.010	31,13%	86,34%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	547.033	250.050	118,77%	13,66%
<b>TOTAL DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CP</b>	<b>4.004.858</b>	<b>2.887.060</b>	<b>38,72%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

### Nota 04 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Os valores de Dívida Ativa são registrados com base nos relatórios extraídos do Sistema SAPIENS da AGU e encaminhados mensalmente pela Procuradoria Federal/ANTT. Na revisão dos procedimentos destes registros, verificou-se que atualmente ainda não é possível atender ao previsto no item 2.3.8 da Macrofunção 021112 “Somente poderão ser encaminhados para inscrição em Dívida Ativa os créditos vencidos, anteriormente reconhecidos e registrados no Ativo do Ente Público.” De forma a atenuar a distorção de valores de VPA, os registros são realizados da seguinte forma: os valores relativos aos autos de infração inscritos em dívida referentes a exercícios anteriores a 2023 foram registrados como Ajuste de Exercício Anterior – AJE, já os valores relativos aos autos de infração de 2023 foram reconhecidos como VPA de Dívida Ativa. Este procedimento será mantido até que se viabilizem meios para obtenção de dados por competência dos créditos a receber, tendo em vista a materialidade e a relevância dos valores evidenciados de Dívida Ativa.

Ressalte-se que a Auditoria Interna da ANTT, por meio da Ação nº 04/AO/AUDIT/2023 – SUDEG realizou, no segundo semestre de 2023, avaliação das demonstrações financeiras 2022 da ANTT, com verificações dos saldos das contas contábeis Dívida Ativa Não Tributária, Ajustes para Perdas e Atualização Monetária, cujas recomendações foram demandadas no sentido de aprimorar os procedimentos e controles desses créditos a receber, cujas ações encaminhadas terão início no exercício de 2024.

Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	2.922.984.258	2.597.692.511	12,52%	102,89%
( - ) Ajustes para Perdas de Créditos LP	-82.118.682	-82.118.682	0,00%	-2,81%
<b>TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.840.865.576</b>	<b>2.515.573.829</b>	<b>12,93%</b>	<b>100,08%</b>

Fonte: SIAFI



## Nota 05 - Imobilizado

O Imobilizado da ANTT está composto por bens móveis e bens imóveis, totalizando o valor líquido de R\$ 57.637.213 (deduzido das respectivas depreciações). Embora a variação de Bens Móveis apresente o percentual negativo de 12,76%, há que se considerar a superavaliação ocorrida no exercício de 2022, cuja regularização ocorreu somente em jan/2023. Assim, o saldo correto deste item em 31/12/2022 é de R\$ 47.587.039, perfazendo uma variação real de 7,0%.\*.

Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Bens Móveis	50.900.423	58.342.597	-12,76%	88,31%
Bens Imóveis	6.736.790	6.750.121	-0,20%	11,69%
<b>TOTAL DO IMOBILIZADO – VR líquido contábil</b>	<b>57.637.213</b>	<b>65.092.717</b>	<b>-11,45%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SLAFI

\*Obs. O saldo de bens móveis no exercício de 2022 está superavaliado em R\$ 10.755.557,67, visto o registro indevido de Bens Móveis em Almoarifado relativo à aquisição de veículos neste valor, cuja baixa foi providenciada no SLAFI2023 como Ajuste de Exercícios Anteriores.

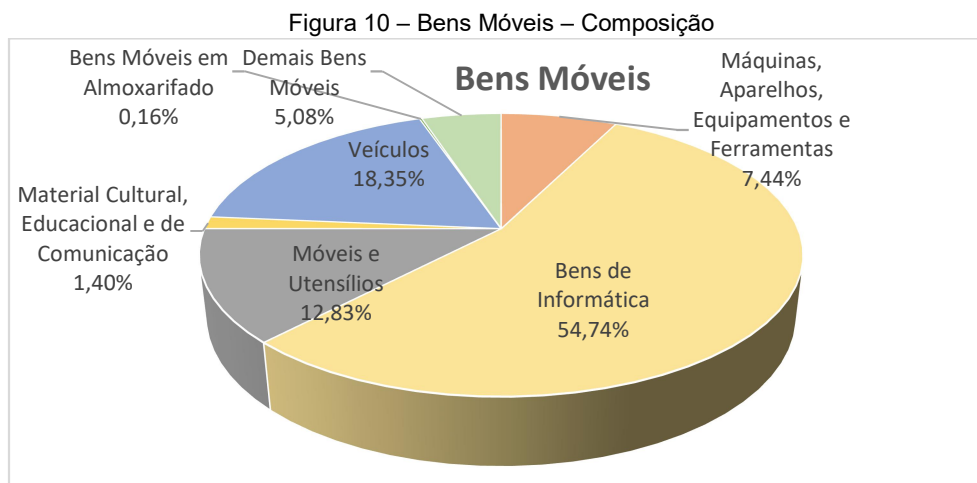
### 5.1 BENS MÓVEIS

Os bens móveis estão registrados pelo critério do custo de aquisição e a respectiva depreciação. O critério de mensuração (reavaliação/redução ao valor recuperável) destes bens ainda não foi revisto, visto que a funcionalidade para permitir estes registros está em desenvolvimento no SIADS.

Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equip e Ferramentas	10.084.930	10.018.887	0,66%	7,44%
Bens de Informática	74.232.962	64.118.965	15,77%	54,74%
Móveis e Utensílios	17.403.930	18.435.177	-5,59%	12,83%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.898.924	2.024.238	-6,19%	1,40%
Veículos	24.884.626	26.031.303	-4,40%	18,35%
Bens Móveis em Almoarifado	220.566	10.755.558	-97,95%	0,16%
Demais Bens Móveis	6.893.691	6.695.604	2,96%	5,08%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	- 84.719.205	- 79.737.135	6,25%	-62,47%
<b>TOTAL BENS MÓVEIS VALOR LÍQUIDO</b>	<b>50.900.423</b>	<b>58.342.597</b>	<b>-12,76%</b>	<b>37,53%</b>
<b>TOTAL BENS MÓVEIS VALOR BRUTO</b>	<b>135.619.628</b>	<b>101.413.505</b>	<b>33,73%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SLAFI - \* a análise vertical foi realizada com base no valor bruto dos bens móveis, desconsiderando o valor depreciado.



## 5.2 DEPRECIACÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS

A depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes mediante tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em que se leva em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

Tabela 09 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição

	<b>31/12/2023</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-5.197.077
Bens de Informática	-52.738.367
Móveis e Utensílios	-12.736.301
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	-1.377.440
Veículos	-6.824.866
Demais Bens Móveis	-5.845.155
<b>TOTAL BENS MÓVEIS</b>	<b>-84.719.205</b>

Fonte: SIAFI

## 5.3 BENS IMÓVEIS

O registro do imobilizado se refere à cessão gratuita de imóvel de propriedade da União à ANTT, para fins de instalações do Escritório da Agência no município de São Paulo, pelo prazo de 10 anos, conforme Processos SEI nº 10154.170724/2021-52/10880.032823/94-15 e Extrato de Cessão publicado na Seção 3 do DOU de 15/03/2022. O imóvel sob as matrículas nº 91703 e 91704 e o RIP nº 7107.00537.500-4.

Tabela 9.a – Bens Imóveis – Variação e Composição

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>
Bens Imóveis	6.814.785	6.814.785	-	101,16%
( - ) Depreciação/Amortização	-77.995	64.664	-	-1,16%
<b>TOTAL DOS BENS IMÓVEIS</b>	<b>6.736.790</b>	<b>6.750.121</b>	-	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Verifica-se que o imóvel já foi depreciado em 1,16% do seu valor histórico original, cujos cálculos são automaticamente realizados pelos critérios definidos no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Há que se ressaltar a ausência do registro de demais bens imóveis de propriedade da União e que estão cedidos para utilização da ANTT. A demanda para ajuste dessa informação e evidenciação nos demonstrativos da Agência foi encaminhada para a área de controle patrimonial.

## Nota 06 - Intangível

O subgrupo de intangíveis é essencialmente composto pelas aquisições de licenças de softwares com utilização por prazo indeterminado, conforme indicação técnica da área de Tecnologia da Informação – TI da ANTT. A variação negativa de 28,11% se refere à baixa de itens desse ativo, após revisão da área de TI que indicou a obsolescência e desuso de licenças de softwares. A baixa dessas licenças também será providenciada manualmente no módulo de controle de intangíveis no SIADS, visto que esta funcionalidade no sistema foi implantada parcialmente, não havendo ainda reflexos automáticos e concomitantes entre os sistemas SIAFI e SIADS.

Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Softwares com Vida Útil Indefinida	35.813.368	49.813.808	-28,11%	100,00%
Marcas/Direitos e Patentes	438	438	0,00%	0,00%
( - ) Amortização Acumulada Marcas, Direitos Pat.	-396	-367	7,78%	0,00%
<b>TOTAL BENS INTANGÍVEIS</b>	<b>35.813.410</b>	<b>49.813.879</b>	<b>-28,11%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

### Nota 07 – Passivo Exigível

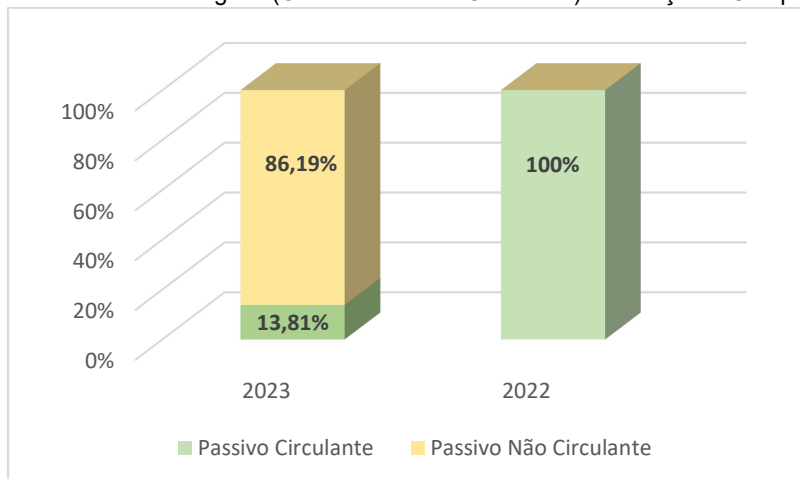
A classe do Passivo aumentou potencialmente no exercício de 2023, tanto no Circulante que corresponde a 13,81% do total, como no Não Circulante que corresponde a 86,19%. Essa variação se deve aos registros de receitas antecipadas de concessões de ferrovias, ocorridas no exercício de 2022 (Estrada de Ferro Carajá – EFC) e 2020 (Malha Paulista e Malha Sul), cujos detalhes constam nas Notas seguintes 08 e 09.

Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Passivo Circulante	554.551.595	32.987.825	1581,08%	13,81%
Passivo Não Circulante	3.460.749.640			86,19%
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.015.301.235</b>	<b>32.987.825</b>	<b>12072,07%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



### Nota 08 – Passivo Circulante

As obrigações da ANTT estão evidenciadas por valores já conhecidos e registrados com suporte em documento hábil próprio. O reconhecimento das obrigações por regime de competência tem sido um critério adotado visando a evidenciação tempestiva das informações quando de conhecimento da GEORF, de forma especial no tocante às obrigações de Pessoal, Fornecedores e Contas a Pagar.

Tabela 12.1 – Passivo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar CP	26.700.411	25.383.456	5,19%	4,81%
Fornecedores e Contas a Pagar CP	7.719.891	1.907.634	304,68%	1,39%
Demais Obrigações a Curto Prazo	520.131.294	5.696.735	9030,34%	93,79%
<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>554.551.595</b>	<b>32.987.825</b>	<b>1581,08%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

O saldo de passivo em "Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar", se deve aos valores de Salários e Ordenados cuja compensação das ordens bancárias ocorre somente no primeiro dia útil do mês subsequente. A variação de Fornecedores a Pagar evidencia que em 2023 as apropriações ficaram pendentes de pagamento para o exercício seguinte. Já a variação de 9030,34% do item "Demais Obrigações a Curto Prazo" se deve substancialmente ao registro de receitas antecipadas de concessões de ferrovias recebidas nos exercícios de 2020 e 2022, os quais estão classificados em curto e longo prazo, de acordo com a data de realização das parcelas vincendas.

Tabela 12.2 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
RUMO MALHA PAULISTA S.A. 02.502.844/0001-66	237.827.770	-	-	45,72%
RUMO MALHA CENTRAL S.A. 33.572.408/0001-97	204.735.727	-	-	39,36%
VALE S.A. 33.592.510/0001-54	69.442.263	-	-	13,35%
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>512.005.759</b>	-	-	<b>98,4%</b>

Fonte: SIAFI

Em atendimento às recomendações da Auditoria Anual de Contas da CGU, as evidenciações desses passivos foram registrados em contrapartida a Ajuste de Exercícios Anteriores - AJE, cujas realizações serão baixadas na medida em que os fatos geradores das parcelas antecipadas forem ocorrendo, as quais possuem vencimentos trimestrais. Em função do longo período do contrato e da quantidade de parcelas antecipadas, os valores serão classificados pelos vencimentos, considerando o longo e curto prazo.

## Nota 09 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compõem-se dos valores de parcelas vincendas de receitas antecipadas das concessões de ferrovias da Estrada de Ferro Carajá – EFC e Malhas Sul e Paulista.

As reclassificações do longo prazo (não circulante) para o curto prazo (circulante) serão realizadas de acordo com os vencimentos das parcelas e o encerramento trimestral dos demonstrativos no decorrer os exercícios financeiros, até que se amortizem as totalidades das obrigações.

Tabela 13 – Demais Obrigações a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
RUMO MALHA PAULISTA S.A. 02.502.844/0001-66	1.615.873.346	-	-	46,69%
RUMO MALHA CENTRAL S.A. 33.572.408/0001-97	1.237.150.089	-	-	35,75%
VALE S.A. 33.592.510/0001-54	607.726.204	-	-	17,56%
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.460.749.640</b>	-	-	<b>100,0%</b>

Fonte: SIAFI

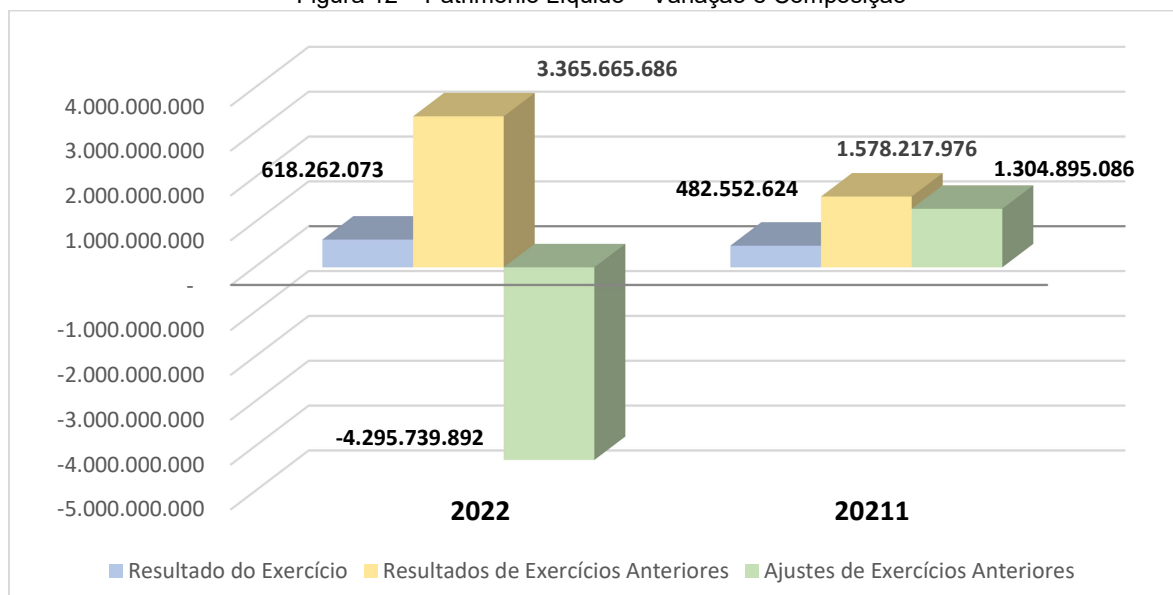
## Nota 10 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo resultado apurado no período, acrescentando-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além dos registros de ajustes que não se referem ao atual exercício. A variação relevante em AJE se deve substancialmente aos registros retroativos das antecipações de receitas de concessões ferroviárias ocorridas em 2020 e 2022, conforme citado nas notas anteriores. Considerando que houve aumento considerável das obrigações decorrentes dos adiantamentos de recursos financeiros de parcelas vincendas de contratos vultuosos, o valor do Passivo ficou superior ao valor do Ativos, incorrendo no resultado de Passivo a Descoberto.

Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Resultado do Exercício	618.262.073	482.552.624	28,12%	-198,28%
Resultados de Exercícios Anteriores	3.365.665.686	1.578.217.976	113,26%	-1079,39%
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 4.295.739.892	1.304.895.086	-429,20%	1377,67%
<b>TOTAL (Passivo a Descoberto)</b>	<b>- 311.812.133</b>	<b>3.365.665.686</b>	<b>-109,26%</b>	<b>100%</b>

Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição



Embora o Resultado do Exercício demonstre um resultado patrimonial superavitário, o registro de AJE decorrente das evidenciações de receitas antecipadas incorreu no fenômeno de Passivo a Descoberto no exercício de 2023 (Tabela 14).

Tabela 15 – Resultado Patrimonial do Período – Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH
Varição Patrimonial Aumentativa – VPA	2.300.277.305	3.007.280.062	-23,51%
Varição Patrimonial Diminutiva – VPD	1.682.015.232	2.524.727.438	-33,38%
	<b>618.262.073</b>	<b>482.552.624</b>	<b>28,12%</b>

Fonte: SIAFI

## Nota 11 – Passivos Contingentes

Os registros de Passivos Contingentes são decorrentes da recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessões da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER (Contrato N° PG/138/95-00 – Termo Aditivo N° 12/2014) conforme informações repassadas pela área finalística responsável, cujos valores do cronograma de investimentos, relativos às obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, foram ajustados conforme Notas Técnicas SEI N° 1148/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0305942), de 13/05/2019, e N° 2083/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0716309), de 08/07/2019 e Deliberação n° 972, de 5/11/2019.

Desde o exercício de 2022 evidenciou-se também os eventos decorrentes do Contrato de Concessão N° PG-156/95-00 da Concessionária Rio-Teresópolis - CRT, conforme Processo 50500.068890/2022-16 e Despacho GEGEF 11776143 e, também, o registro da ação ordinária da EUCATUR LTDA com base nas definições do item 17.1 do MCASP, por se tratar de “uma obrigação presente resultante de eventos passados, da qual não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação”.

Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Passivos Contingentes Previstos	1.573.909.098	1.882.394.307	-16,39%	100,00%
<b>TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE</b>	<b>1.573.909.098</b>	<b>1.882.394.307</b>	<b>-16,39%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

## Nota 12 – Ativos Contingentes

Os registros de Ativos Contingentes são decorrentes da proposta de ajuste final do Contrato de Concessão da CONCEPA (Contrato N° PG/016/97-00 – Termo Aditivo N° 13/2014), conforme informações, cálculos e atualizações encaminhados mensalmente pela área finalística responsável.

Compõe-se também da atualização de valores decorrentes do encontro de contas em função do encerramento do Contrato de Concessão DNER/PG-154/94-00 com a Concessionária da Ponte Rio Niterói – CCR PONTE. De acordo com as informações repassadas pela área técnica (NT 3356/2021 - n. SEI 6851300), os cálculos inverteram em favor da ANTT deixando de se caracterizar como Provisão e passando a compor o Ativo Contingente.

Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Ativos Contingentes Previstos	241.052.432	229.969.764	4,82%	15,32%
<b>TOTAL DO ATIVO CONTINGENTE</b>	<b>241.052.432</b>	<b>229.969.764</b>	<b>4,82%</b>	<b>15,32%</b>

Fonte: SIAFI

## Nota 13 – Obrigações Contratuais

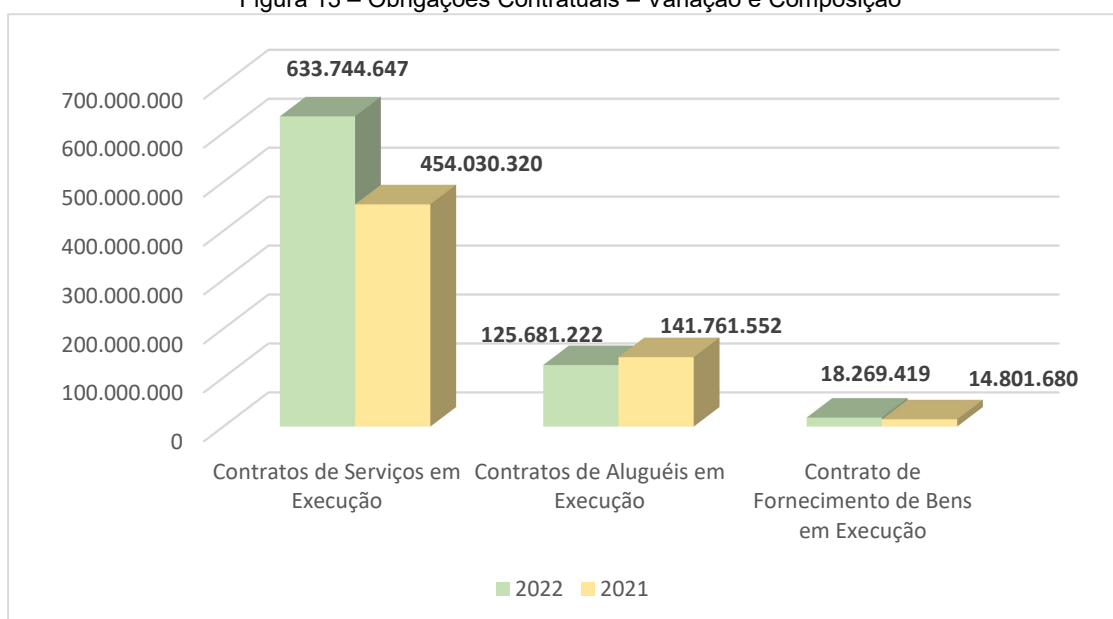
Os saldos das obrigações contratuais vigentes da ANTT estão evidenciados na classe de atos potenciais e se referem a contratos de serviços, aluguéis e de fornecimento de bens, conforme Tabela 18.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Contratos de Serviços em Execução	656.814.587	454.030.320	44,66%	83,44%
Contratos de Aluguéis em Execução	107.532.219	141.761.552	-24,15%	13,66%
Contrato de Fornecimento de Bens em Execução	22.800.039	14.801.680	54,04%	2,90%
<b>TOTAL DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</b>	<b>787.146.845</b>	<b>610.593.552</b>	<b>23,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI

Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição



## Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.689.286	3.836.795	100,41%	0,33%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.302.834.159	1.486.760.178	-12,37%	56,64%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	514.591	38.698.374	-98,67%	0,02%
Transferências e Delegações Recebidas	606.705.567	875.026.654	-30,66%	26,38%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	5.034.713	16.479.151	-69,45%	0,22%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	377.498.989	586.478.910	-35,63%	16,41%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.300.277.305</b>	<b>3.007.280.062</b>	<b>-23,51%</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI



**14.1** A VPA de Tributos se refere à arrecadação de taxa de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174), prevista na Lei nº 12.996/2014 e regulamentados por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015. Entretanto, em 05/01/2022 a Lei 14.298/2022 revogou o inciso III e § 3 do art. 77 que tratava da referida taxa de fiscalização. Assim os valores a serem arrecadados serão em relação aos fatos geradores ocorridos até fevereiro de 2022. Ressalte-se que esta VPA apresenta o valor bruto arrecadado, já o Balanço Orçamentário apresenta esta mesma receita considerando apenas o valor líquido em favor da ANTT, onde são descontados os 30% da DRU (Desvinculação de Receita da União) e outras deduções da receita que porventura houver.

**14.2** A VPA classificada como Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos se refere às receitas de concessões e outorgas ferroviárias e rodoviárias (cujas nomenclaturas no Balanço Orçamentário são Receitas Patrimonial e de Serviços, respectivamente). O excesso de arrecadação apresentado no período se deve ao pagamento antecipado por parte da Vale S.A. referente à totalidade das parcelas vincendas do contrato e concessão da Estrada de Ferro Carajás.

**14.3** As VPA's Financeiras se referem aos juros e encargos de mora das multas contratuais aplicadas às concessionárias. Financeiras se referem aos juros e encargos de mora das multas contratuais aplicadas às concessionárias. A variação negativa de -98% demonstra que no exercício atual houve redução no montante de pagamentos relativo a multas contratuais. Cabe destacar que em 31/08/2022 houve recolhimento por parte da Concessionária MRS Logística S/A relativo à revisão de contrato de concessão, do qual, os valores de juros e atualizações financeiras contribuíram de forma relevante para o aumento desta VPA no exercício anterior.

**14.4** As Transferências e Delegações Recebidas são os valores recebidos pela STN decorrentes das programações financeiras para pagamento das despesas de pessoal e custeio referente às Fontes 100, 129 e 174 relativas ao exercício e Restos a Pagar. Estão registradas também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS, motivo pelo qual há a compensação de movimentação patrimonial tanto na VPD, quanto na VPA. Do valor total desta VPA, em torno de 50% se refere à movimentação de saldos patrimoniais relativo a: descontos e abatimentos de multas pagas, retificações de GRU's e destinação de receita de arrecadação de honorários para a Advocacia Geral da União.

**14.5** A Valorização e Ganhos com Ativos é composta pelas aquisições registrados no SIADS por meio de Nota de Lançamento referente à incorporação de material gráfico, cuja aquisição orçamentária é registrada como serviço, porém, a sua essência se refere a um bem patrimonial em estoque.

**14.6** O item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas é composto pela arrecadação de multas de poder de polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas; e, também, pelo registro patrimonial de inscrição de valores da dívida ativa, ficando o restante da composição como reversão de provisão e indenizações/restituições da folha de pessoal.

## Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Pessoal e Encargos	251.743.727	250.049.951	0,68%	14,97%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.843.702	26.856.218	11,12%	1,77%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	290.345.156	214.500.290	35,36%	17,26%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11.145.472	20.228.704	-44,90%	0,66%
Transferências e Delegações Concedidas	978.554.679	1.954.717.008	-49,94%	58,18%
Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	116.335.538	54.161.390	114,79%	6,92%
Tributárias	4.000.020	4.139.825	-3,38%	0,24%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	46.938	74.051	-36,61%	0,00%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>1.682.015.232</b>	<b>2.524.727.438</b>	<b>-33,38%</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

**15.1** Pessoal e Encargos: VPDs que se referem à remuneração de pessoal ativo civil relativos aos vencimentos, abonos, adicionais, gratificações, férias, 13º salário, indenizações, sentenças judiciais, encargos e benefícios relativos a auxílios transporte, alimentação, moradia; assistência à saúde, etc.

**15.2** Benefícios Previdenciários e Assistenciais: são VPDs decorrentes das aposentadorias, pensões, gratificações, auxílio natalidade, dentre outros.

**15.3** Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: VPDs referentes a despesas administrativas de manutenção do órgão e os serviços de natureza continuada, além das variações decorrentes das depreciações de bens móveis e, em menor proporção, da amortização de bens intangíveis.

**15.4** Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras se referem aos descontos financeiros concedidos nos pagamentos de multas aplicadas pela ANTT, destacando-se duas situações específicas. A primeira é o desconto de 20% quando o pagamento for realizado até a data do vencimento para as multas de excesso de peso, conforme Código de Trânsito Brasileiro – CTB. A outra é decorrente da previsão da Resolução da ANTT nº 5.083/2016, cujo art. 86 dispõe sobre a concessão de desconto de 30% ao valor da multa na hipótese de o infrator renunciar expressamente o direito de interpor recurso administrativo. Assim, à medida em que os pagamentos das multas forem realizados neste tipo de condição, haverá o aumento desta VPD.

**15.5** Transferências e Delegações Concedidas se referem aos sub-repasses de valores (RP e exercício) transferidos por meio de Programação Financeira para as Unidades Regionais. Estão registrados também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS. Verifica-se que a quase totalidade desta VPD se refere à compensação de movimentação patrimonial relativa às arrecadações da ANTT, para compensar os valores destas VPA. Ressalta-se que, pois, apesar de se tratar de receitas da ANTT, os recursos financeiros das Fontes 1020 e 1052 são transferidos para as disponibilidades de caixa da STN.

**15.6** Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: a maior parte desta VPD se refere aos valores de honorários advocatícios decorrentes dos códigos de recolhimento da dívida ativa da ANTT, no qual há a destinação do recurso para a AGU.

**15.7 Tributárias:** VPDs decorrentes de pagamento de impostos (IPTU) e contribuições para serviço de iluminação pública cobradas sobre as faturas de energia elétrica das unidades organizacionais da ANTT. Refere-se também à contribuição social do PIS/PASEP, cujo recolhimento é de 1% sobre a receita corrente da Agência, conforme prevê a Lei n.º 9.715/1998.

**15.8 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas:** corresponde às VPDs decorrentes de indenizações e restituições concedidas pela ANTT referentes a: bolsas de estudo de idiomas a servidores; ajudas de custo; ressarcimento de despesas com passagem aérea; pagamento de per capita referente ao convênio de adesão com a GEAP.

## Nota 16 – Receitas Orçamentárias

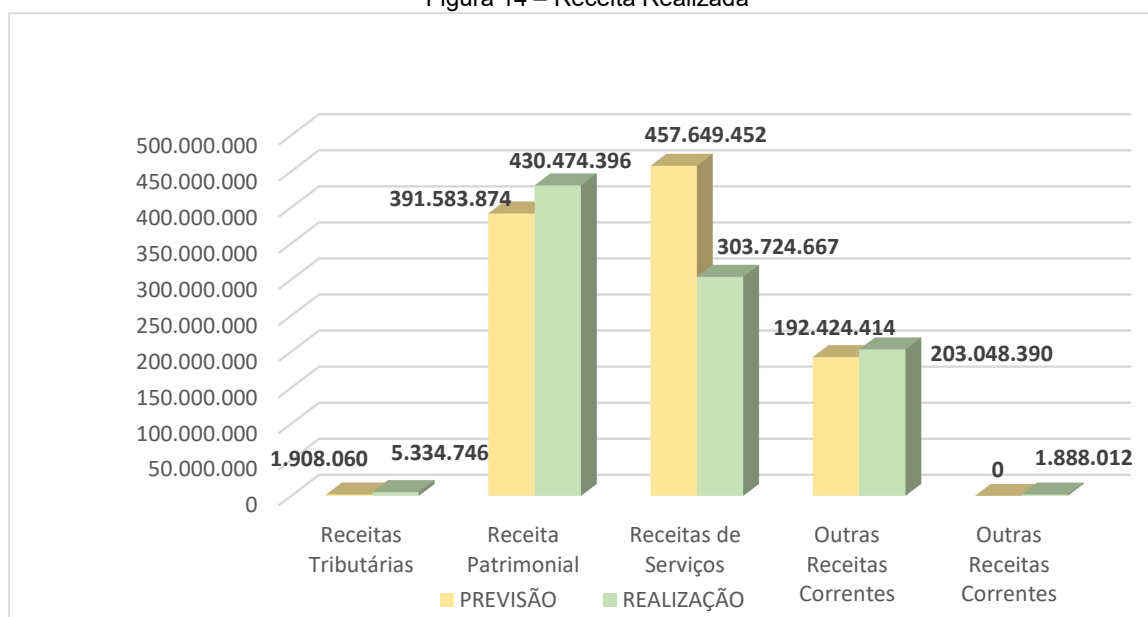
A receita arrecadada no período demonstra um resultado de déficit de arrecadação em 90,50% (Tabela 21).

Tabela 21 – Receita Orçamentária – Realização

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
Receitas Tributárias	1.908.060	5.334.746	3.426.686	279,59%
Receita Patrimonial	391.583.874	430.474.396	38.890.522	109,93%
Receitas de Serviços	457.649.452	303.724.667	-153.924.785	66,37%
Outras Receitas Correntes	192.424.414	203.048.390	10.623.976	105,52%
Receitas de Capital	0	1.888.012	1.888.012	
<b>TOTAL</b>	<b>1.043.565.800</b>	<b>944.470.211</b>	<b>-99.095.589</b>	<b>90,50%</b>

Fonte: SIAFI

Figura 14 – Receita Realizada



**16.1** As receitas da ANTT que têm origem tributária se referem às taxas de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 1020). O Balanço Orçamentário demonstra no campo "Receita Realizada" o valor líquido efetivamente arrecadado em favor da ANTT, já deduzido da DRU e de outros abatimentos que porventura houver.

**16.2** As Receitas Patrimoniais são decorrentes das arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. Ressalte-se que variação negativa de 64,66% (em relação exercício anterior (Tabela 21.a)) decorre do recolhimento efetuado pela empresa Vale S.A., em 2022, referente à antecipação das parcelas 7 a 146 relativas à outorga da Estrada de Ferro Carajás, no total R\$ 795.995.746, o que corresponde à totalidade das parcelas vincendas deste contrato de concessão.

**16.3** As Receitas de Serviços são decorrentes da verba anual das concessionárias de rodovias e ferrovias, destinadas a cobrir despesas com fiscalização das concessões. Em proporção menor, estas receitas decorrem também da arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros.

**16.4** Outras Receitas Correntes: compõem-se das multas aplicadas pelo Poder de Polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas internacionais e interestaduais; e das multas contratuais regulatórias aplicadas às concessionárias.

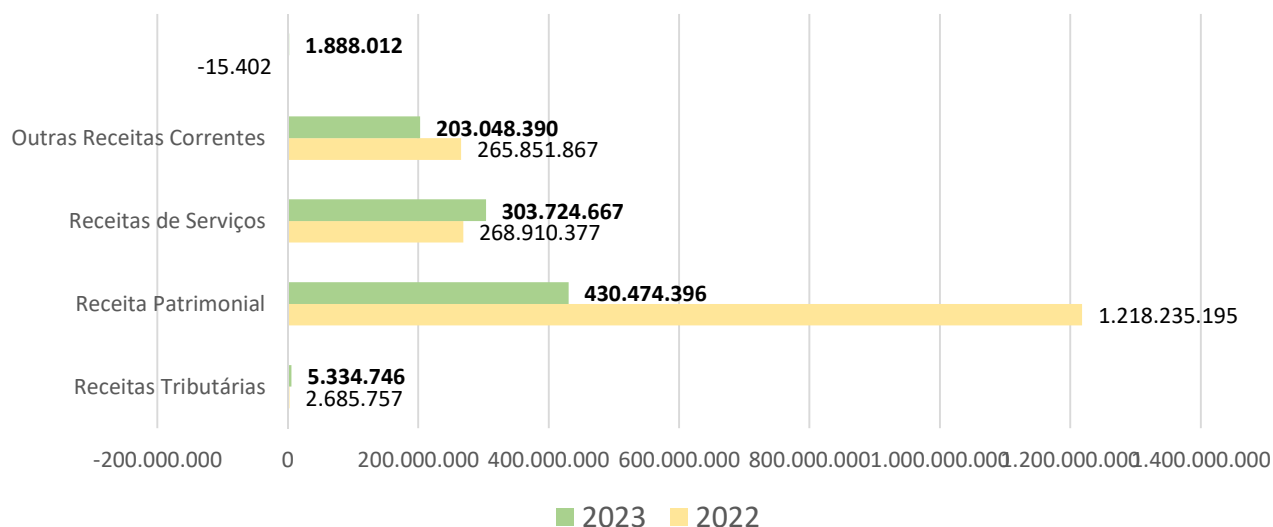
**16.5** Receitas de Capital: refere-se à arrecadação decorrente da alienação de veículos do imobilizado da ANTT.

Tabela 21.a – Receita Orçamentária – Comparativo

	31/12/2023	31/12/2022	AH	AV
Receitas Tributárias	5.334.746	2.685.757	98,63%	0,56%
Receita Patrimonial	430.474.396	1.218.235.195	-64,66%	45,58%
Receitas de Serviços	303.724.667	268.910.377	12,95%	32,16%
Outras Receitas Correntes	203.048.390	265.851.867	-23,62%	21,50%
Receitas de Capital	1.888.012	-15.402	12358,15%	0,20%
<b>TOTAL</b>	<b>944.470.211</b>	<b>1.755.667.793</b>	<b>- 46,20%</b>	<b>100,00%</b>

A tabela acima demonstra o comparativo do comportamento da receita realizada em 2023 com o exercício anterior. A variação inferior de 64,66% da Receita Patrimonial se deve à entrada de recursos antecipados no exercício de 2022, decorrente do adiantamento das parcelas vincendas do Contrato de Concessão da Estrada de Ferro Carajás – EFC, impactando na arrecadação total, e, portanto, na variação negativa de 46,20% no exercício de 2023.

Figura 14.a – Receita Realizada – Comparativo 2023 X 2022



## Nota 17 – Despesas Orçamentárias

As despesas empenhadas no exercício são consideradas como executadas no âmbito orçamentário. O grupo de Outras Despesas Correntes se refere aos serviços continuados, de apoio de manutenção do órgão correspondendo a 52,53% dos gastos, 1,86% de investimento e 45,61%, de despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Execução

	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	274.934.600	273.017.768	271.686.894	249.550.398	1.916.832
Outras Despesas Correntes	319.302.783	314.389.629	241.189.536	236.118.062	4.913.154
Investimentos	14.758.071	11.125.921	3.856.178	3.851.428	3.632.150
<b>Subtotal das Despesas</b>	<b>608.995.454</b>	<b>598.533.318</b>	<b>516.732.607</b>	<b>489.519.887</b>	<b>10.462.136</b>
Reserva de Contingência	528.909.185				528.909.185
<b>TOTAL</b>	<b>1.137.904.639</b>	<b>598.533.318</b>	<b>516.732.607</b>	<b>489.519.887</b>	<b>539.371.321</b>

Fonte: SIAFI

Figura 15 – Despesas Executadas – Proporção

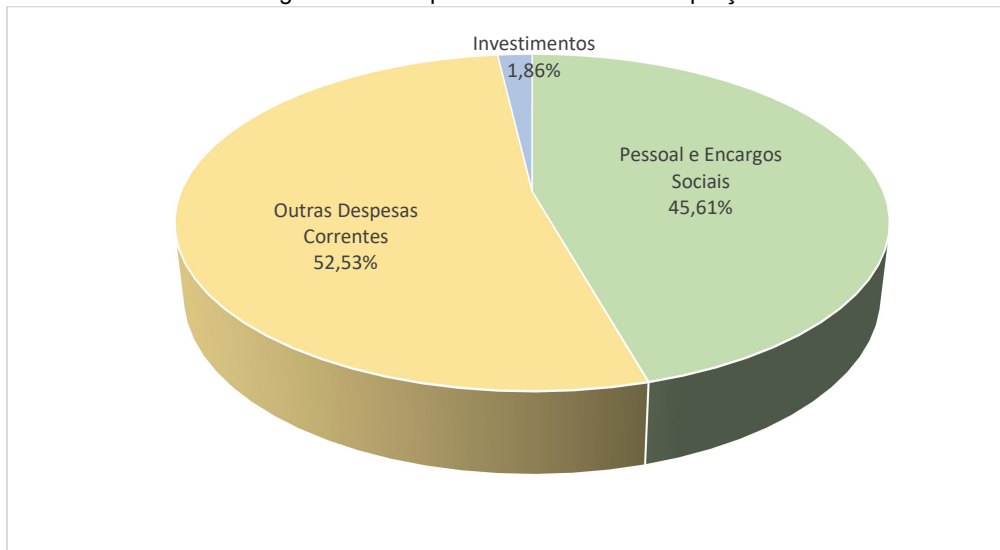
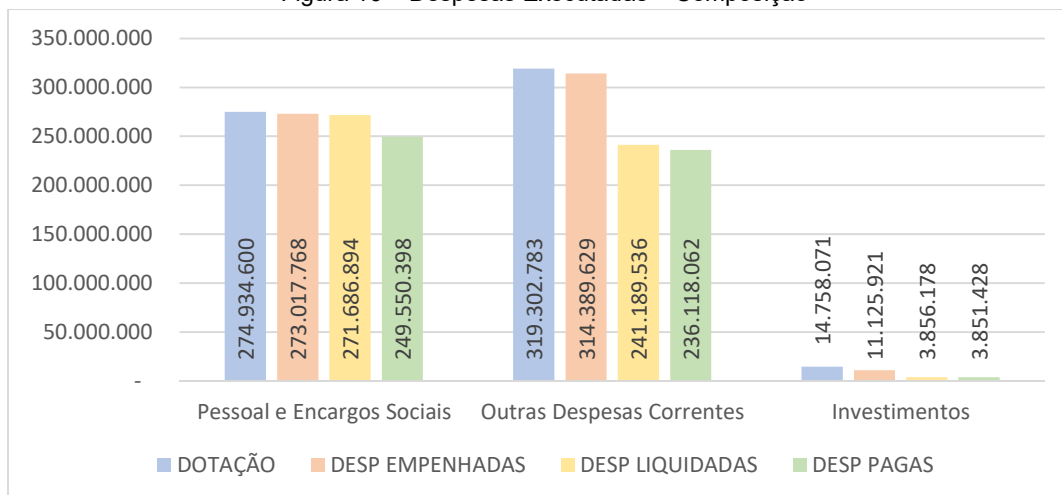


Figura 16 – Despesas Executadas – Composição



## Nota 18 – Restos a Pagar

O saldo de Restos a Pagar demonstra:

- para o RP Não Processado o percentual de 20,14% pendente de execução, sendo que o executado foi de 79,86%,.
- para o RP Processado o percentual de 12,36% pendente de execução e o executado de 87,64%.

Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução

	Inscritos	Liquidados	Pago	Cancelado	Bloqueado	Saldo
RPNP em 2022	84.794.721					
RPNP anterior a 2022	20.306.434	67.191.483	67.139.539	16.792.902		21.168.714
RPP em 2022	2.660.704					
RPP anterior a 2022	21.066.880		20.794.869	619		2.932.096
	<b>128.828.739</b>	<b>67.191.483</b>	<b>87.934.408</b>	<b>16.793.521</b>	<b>-</b>	<b>24.100.810</b>

## Nota 19 – Movimentação Financeira

O resultado da movimentação de recursos no exercício de 2023 apresentou a variação negativa de 0,03%, com redução de R\$ 265.540 de recursos no Caixa da ANTT (Tabela 24).

Tabela 24 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação

	31/12/2023	31/12/2022	AH %	AH R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	763.992.534	764.258.074	-0,03%	-265.540

O Balanço Financeiro – BF demonstra que, em comparação ao mesmo período no exercício anterior, as receitas orçamentárias tiveram uma redução de 46,20% e as despesas um aumento de 9,19%. Cabe lembrar que o BF considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento. Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada. Este demonstrativo registra como Pagamentos Extraorçamentários o pagamento do RP processados e não processado.

Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição

	31/12/2023	31/12/2023	AH
Receitas Orçamentárias	944.470.210,51	1.755.667.793	-46,20%
Despesas Orçamentárias	598.533.318	548.150.501	9,19%
Transferências Financeiras Recebidas	606.705.566,79	825.838.700	-26,53%
Transferências Financeiras Concedidas	977.887.653	1.912.626.552	-48,87%
Recebimentos Extraorçamentários	113.490.188	150.177.216	-24,43%
Pagamentos Extraorçamentários	88.510.534	50.410.449	75,58%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>- 265.540</b>	<b>220.496.208</b>	

Fonte: SIAFI

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro - BF e do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC confirma a variação da movimentação financeira nos períodos. O percentual de 0,03% em relação à geração líquida de Caixa corrobora com os dados do "Caixa e Equivalente de Caixa" (Tabela 02), sendo que o saldo inicial era de R\$ 764.258.074 e em 31/12/2023 passou a ser de R\$ 763.992.534, com redução da disponibilidade financeira em R\$ 265.540.

## Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial no período foi superavitário em R\$ 630.868.704. De acordo com a Lei 4.320/1964, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Tabela 26).

Tabela 26 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro

Ativo Financeiro	763.992.534
Passivo Financeiro	133.123.830
	<b>630.868.704</b>

Fonte: SIAFI



Este resultado é demonstrado também no anexo do BP mediante o demonstrativo dos recursos ordinários que são decorrentes dos valores disponíveis da fonte 1000 e dos recursos vinculados que se referem às demais fontes de arrecadação da ANTT.

Tabela 27 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados

Recursos Ordinários	- 1.346.359
Recursos Vinculados	632.215.063
	<b>630.868.704</b>

Fonte: SIAFI

Outra perspectiva de análise deste resultado financeiro é por meio do detalhamento por fonte de recursos.

Tabela 28 – Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

Fonte SOF	RESULTADO FINANCEIRO	SOMATÓRIO	RECURSOS
1000	-1.158.651,03		
1001	-187.708,89	-1.346.359	Ordinários
1003	-0,05		
1020	-322.593,94		
1050	696.200.813,60		
1051	2.644.320,96	632.215.063	Vinculados
1052	-66.307.460,64		
1053	-15,42		
		<b>630.868.704</b>	

Fonte: SIAFI

## Nota 21 – Conformidade Contábil

Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que, em seus aspectos relevantes, as demonstrações contábeis da ANTT estão de acordo com os normativos vigentes. No entanto, cabe ressaltar que ainda há adequações a serem implementadas para garantir que os demonstrativos retratem a real situação patrimonial da Autarquia, que, dentre as principais, destacam-se:

- ✓ **Apropriação de despesas fora período de competência:** Processos de pagamentos apropriados no mês atual com fato gerador de períodos anteriores, não sendo possível atender ao princípio da competência em função dos prazos ocorridos no fluxo dos processos de pagamento, porém há o esforço para que a defasagem das informações se atenuem por meio da apropriação com registro da VPD e da pré-liquidação da NE.
- ✓ **Receitas registradas fora do período de competência:** Atualmente as receitas registradas no SIAFI são realizadas por regime de caixa, não havendo ainda informações consolidadas para registro fidedigno destes valores por competência.

- ✓ **Falta atualização de Ativos Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de CURTO PRAZO, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.
- ✓ **Falta de atualização de Ativos não Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de Longo Prazo, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.
- ✓ **Falta avaliação de bens móveis/ intangíveis/outros:** Falta registrar reavaliação/redução a valor recuperável dos bens móveis; Falta registrar os softwares desenvolvidos internamente. Encaminhou-se orientação e alerta à área responsável para os procedimentos a serem adotados quando da implementação das funcionalidades no SIADS para permitir estes ajustes/controles.
- ✓ **Saldos Contábeis divergentes do RMB e RMA:** As divergências entre os sistemas SIAFI e SIADS em relação ao Estoque de Almoxarifado e aos Bens Móveis decorrem de erros do sistema SIADS, cujos chamados junto ao Serpro foram realizados pela área competente para ajuste das informações.
- ✓ **Falta de Registro da Conformidade Contábil de UG:** Não foi realizado o registro no SIAFI referente à conformidade de contábil da UG 93001, no entanto, o registro de conformidade de órgão foi registrado e, por se tratar de Órgão centralizado, as equações relacionadas se referem unicamente à UG da Sede.

São estas as notas explicativas ressaltadas para o período.

Brasília, 31 de janeiro de 2024.

**CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE**  
Contadora Responsável  
CRC DF 018229/O